

Nota Justificativa

Promoção, sensibilização e divulgação dos tratados de Direitos Humanos e Convenções da OIT

Tenho seguido sempre, com grande preocupação recente, a apresentação dos relatórios dos Direitos Humanos e dos Direitos Internacionais dos Trabalhadores perante as diversas entidades internacionais responsáveis da ONU e da OIT e das conclusões e recomendações formuladas. Os resultados não demonstram melhoras significativas. Aquelas entidades internacionais prestam cada vez mais atenção à RAEM nestas questões e são cada vez mais duras na apreciação que fazem, sendo que, tem havido situações de muito clara actuação contra os tratados dos Direitos Humanos e os tratados da OIT.

Também parece claro que as entidades internacionais há muito tempo que não acreditam nas promessas sem cumprimento da RAEM. Por exemplo, quantas vezes o Governo prometeu a elaboração de uma lei sindical? E acabar com a discriminação das mulheres? E combater a discriminação contra os trabalhadores do *'blue card'*? E o que é que fez efectivamente sobre isto tudo? Que se saiba, nada ou quase nada. Contra factos não há argumentos.

Com esta preocupação crescente auscultei muitos cidadãos e a larga maioria estava triste e preocupada. Uma das soluções que merece maior apoio vem no antes dos problemas: é preciso que a população de Macau, gente que aqui mora e trabalha, com BIR ou com *'blue card'*, tenha um melhor conhecimento dos seus direitos humanos e das leis internacionais que estão vigentes em Macau.

Com isto, é preferível actuar pela antecipação e não pela repressão ou mera crítica. Mais vale prevenir do que remediar. Uma população mais informada e sabedora dos seus direitos faz com que estes direitos sejam mais respeitados e menos violados. Menos violações fazem com que se viva melhor em Macau e faz com que as entidades internacionais olhem para Macau com melhores olhos o que faz com que se respeite mais Macau e mais se queira visitar e investir na RAEM.

É isto que pretendo com este simples projecto de lei. Muito simples, mas significa uma ampla política da RAEM e de todos nós.

Espero sinceramente que esta lei seja aprovada pelos meus colegas no Plenário. Macau e os cidadãos muito agradecem.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de
Macau aos 24 de Abril de 2015.**



José Pereira Coutinho